

Cidades.

Ferida em briga na escola

Uma estudante de 14 anos foi agredida com um copo de vidro na testa, por uma colega de 13, numa briga motivada por fofoca dentro da escola. **Página 7**

EDITORA:
ANDRÉA PIRAJÁ
apiraja@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

REPORTAGEM ESPECIAL

COMBATE AO CRIME SECRETÁRIOS COBRAM LEIS MAIS RIGOROSAS

Rio, São Paulo, Espírito Santo e Minas pressionam Congresso

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

BRASÍLIA

Unidos numa força-tarefa para combater a criminalidade e afastar o fantasma da impunidade crescente, os quatro secretários estaduais de Segurança da Região Sudeste foram ontem a Brasília pressionar o Congresso a aprovar leis mais rígidas que ajudem a polícia a reduzir os índices de violência.

Para isso, os titulares da Segurança do Rio de Janeiro (José Mariano Beltrame), São Paulo (Fernando Grella), Minas Gerais (Rômulo Ferraz) e Espírito Santo (André Garcia) apresentaram 20 propostas definidas em consenso para que sejam transformadas em lei pelos parlamentares.

Uma das medidas aumenta de três para oito anos o tempo máximo de internação de menores de idade que cometem crimes hediondos. Para dar agilidade



ARQUIVO

Secretários pedem que os condenados cumpram um percentual maior de pena antes de obter progressão

à tramitação, os secretários preferiram apresentar sugestões menos polêmicas e passaram longe, por exemplo, da redução da maioria penal. Outras propostas ainda consideram crimes hediondos o homicídio de agentes do Estado e o

roubo qualificado ou com lesões graves. Penas de crimes como homicídio e furto com explosivos também ganham penas maiores (veja na página 4).

Em entrevista, os secretários desabafaram dizendo que a polícia “enxuga ge-

lo” devido à legislação “fraca” e que o governo federal precisa ajudar no controle das fronteiras do país (por onde opera o tráfico internacional de drogas) e parar de contingenciar recursos da Segurança. “Dos R\$ 106 milhões do orça-

mento do Espírito Santo para Segurança em 2013, apenas R\$ 5 milhões vieram da União. É muito pouco”, admitiu André Garcia.

Ele, Beltrame e Grella ressaltaram que a polícia tem batido recordes de prisão de traficantes e de apre-

ensão de drogas, mas que questões estruturais impedem que a polícia reduza o elevado índice de crimes contra o patrimônio. “Em São Paulo, 50% dos latrocínios são roubos e furtos de veículos”, exemplificou Grella. “A reincidência nos crimes, mesmo sem condenação, é um problema muito sério. Nossas propostas tiram o foco só da polícia”, ressaltou Beltrame.

Ferraz critica a concessão “muito liberal” por uso de arma de fogo e pede que os condenados cumpram um percentual maior de pena antes de obter progressão. “Um homicida cumpre um ano e já é solto”, frisa.

Indagado ontem por A GAZETA em uma audiência na Câmara, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo (PT-SP), silenciou-se. “Não conheço as propostas dos secretários. Prefiro não comentar”. O governo federal teria restrições ao endurecimento da legislação.

CRISE NO SISTEMA

“É debate rasteiro só exigir polícia na rua”

— **ANDRÉ GARCIA** Secretário de Segurança do Espírito Santo



“Acabar com o tráfico de drogas é utopia. (...) As medidas que propomos ajudam, além do maior controle dos 16 mil km de fronteira seca com três países maiores produtores de drogas”

— **JOSÉ BELTRAME (RJ)**

“Nosso movimento é técnico e apartidário. Somos quatro servidores de carreira do Estado e esperamos que o Congresso tenha boa vontade e viabilize uma tramitação rápida”

— **RÔMULO FERRAZ (MG)**

“A principal e imediata ação contra impunidade são as mudanças legislativas. É preciso investigação, inteligência e integração para termos eficácia. O instrumento da polícia é a lei”

— **FERNANDO GRELLA (SP)**

REPORTAGEM ESPECIAL

CÂMARA E SENADO PROMETEM AGILIDADE

Sessões em plenário vão debater propostas dos secretários

J BATISTA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Os secretários estaduais de Segurança foram recebidos pelo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves

✎ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

BRASÍLIA

Ao receberem os secretários de Segurança do Sudeste, os presidentes da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), prometeram agilidade na tramitação das propostas. Renan marcou uma sessão no plenário do Senado no dia 15 de julho, quando todo o leque de mudanças será debatido.

Já Alves prometeu levar as sugestões a uma comissão geral no plenário, abre-

viando a longa tramitação nas comissões da Casa. Alves, apesar de manifestar preocupação com o quadro da insegurança, deixou claro que já há leis demais e o necessário é cumpri-las.

Apesar da ameaça de trabalhos parados com a chegada da Copa e do recesso branco da campanha eleitoral, os secretários reiteraram esperanças de que o Congresso dê uma resposta definitiva até o final do ano, ou no início de 2015. A ideia é que parlamentares acolham, em forma de projetos de lei, as sugestões protoco-

ladas. No Senado, mudanças legislativas semelhantes às sugeridas já passaram por comissões e serão aceleradas, prometeu Renan.

Os temas abrangem malha preventiva, responsabilidade penal, celeridade processual e políticas públicas. “Queremos saber se o sistema prisional recupera o preso. O problema não é só da polícia. E precisamos de um sistema qualificado de segurança que comece desde o 190 (telefone de acionamento da polícia)”, frisa José Mariano Beltrame. “Queremos resultados para

a sociedade”, completa Fernando Grella.

Em 2013, São Paulo bateu recorde de 168 mil prisões. Já o Espírito Santo apreendeu 4,7 mil armas em 2013 e deve apreender 6 mil este ano. O ônus está muito pesado para os Estados — fragilizados ainda pela dicotomia polícia-bandido, avalia André Garcia: “A legislação fraca nos atrapalha, mas viemos direto à fonte (Congresso), otimistas por suscitarmos um debate profundo”. “Tomamos o cuidado de trazer propostas factíveis”, diz Rômulo Ferraz.

ANÁLISE

Mudança mais atrapalha que ajuda

✎ “Este tipo de medida, a criação de uma nova legislação, mais atrapalha do que ajuda porque não impede que o número de crimes hediondos aumente. Nós constatamos isso a partir da entrada em vigor da lei que pune crimes hediondos. Constatamos que, ao contrário do que era esperado, esse tipo de delito grave registrou aumento ao invés de redução. A estratégia de mudar a legislação tornando-a mais severa é antiga e sempre é a primeira medida que os países

adotam quando enfrentam problemas de crescimento no índice de criminalidade. O que funciona nestes casos é o tratamento diferenciado para casos e crimes diferentes. Se as leis existentes não são aplicadas, como é possível pensar em criar outras que, possivelmente, também não terão eficácia exatamente porque não serão implementadas? É mais eleitoreira do que efetiva e realista.”

—
RAFAEL BOLDT DE CARVALHO
PROFESSOR PROCESSO PENAL FDV

MUDANÇAS SUGERIDAS NA LEGISLAÇÃO

Homicídios

- Os homicídios de agentes do Estado no exercício da função ou em razão dela terão a pena aumentada em 1/3 (cerca de 33%)
- Homicídio de agentes de Estado no exercício da função ou em função dela, de menores de 14 anos e de maiores de 60 anos serão crimes hediondos. E todo crime cometido contra agentes do Estado passa a ser agravante genérico de pena

uso de explosivo

- O crime (como explosão de caixa eletrônico) necessita de pena maior do que a que existente, que é a mesma pena de um furto realizado com uma chave falsa

Dispensa de licitação

- Para equipamentos, bens e serviços quando há risco de comprometimento da segurança pública

Celulares

- Regulamentação da Anatel para que a Polícia possa pedir o bloqueio de IMEI de celulares roubados, furtados ou perdidos, caso a vítima tenha registrado tal vontade em BO
- Proibição da Anatel da habilitação de qualquer celular sem que o IMEI seja informado
- Exigência da instalação de sistema de bloqueio de celular em todas as novas unidades, além da fixação de prazo de instalação nas unidades existentes, com financiamento pelo Fust

Ferros-velhos

- Regulamentação do setor para não ser explorado com produtos ilegais

Fronteiras

- Aumento do efetivo das Forças Armadas nas regiões de fronteira, da fiscalização da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Receita Federal, além da adoção de tecnologia e trabalho de inteligência

Contingenciamento

- Fim dos cortes de verba prisionais e de segurança

Entorpecentes

- Criação de juizados especiais criminais para garantir medidas preventivas e tratamento de dependentes químicos. Os secretários temem a epidemia de crack e o crescente aliciamento de menores pelo crime.

Roubos

- Roubo qualificado deve aumentar pela metade caso o crime tenha participação de menor de idade. Roubo qualificado ou com lesões corporais graves será crime hediondo

Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)

- Dobra o tempo máximo em que o condenado pode ficar no RDD para até 1/3 (cerca de 33%) da pena. Atualmente, o tempo máximo é de 1/6 (16%)

Menores de idade

- Sobe de três para oito anos o tempo máximo de internação de menores de idade autores de atos infracionais correspondentes a crimes hediondos.

Exame criminológico

- Volta a ser obrigatório para concessão da progressão de regime e para livramento condicional

Videoconferência

- Será regra para interrogatórios de réus e dá chance de testemunhas e peritos serem ouvidos da mesma forma

Receptação

- Aumento das penas mínima e máxima dos crimes de receptação. Receptação qualificada será crime hediondo

Furto qualificado com

PM pediu a ministro da Justiça punição mais dura

✎ Mudar as punições para quem comete crimes como homicídio de policiais, juízes e promotores; roubo qualificado ou com lesões corporais graves é uma reivindicação que foi também encaminhada ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, pelos comandantes da Polícia Militar de todos os Estados, segundo informação do coronel Edmilson dos Santos, comandante-geral da PM do Estado.

“Está ocorrendo aumento na apreensão de armas, de drogas e na prisão de traficantes, mas, por outro lado, há reincidência das pessoas no crime, principal-

mente, dos menores”.

Somente a ação das polícias não resolve a situação. “Na semana passada, todos os comandantes das Polícias Militares do país estiveram com o ministro da Justiça para solicitar empenho para alterar a legislação. O menor infrator, que comete assalto com armas ou crime, é solto depois de 45 dias”, segundo o comandante.

Ele cita outro exemplo para mostrar que a legislação precisa mudar: o uso de explosivos, por exemplo, é punido da mesma forma que o arrombamento. “Não faz sentido”, diz o coronel. (Denise Zandonadi)